

UMA EXISTÊNCIA ATÓPICA: VIDA E OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS
AN ATOPIC EXISTENCE: LIFE AND WORKS OF CAROLINA MARIA DE JESUS

Edgar Godoi Gabriel
 Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem
 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 (edgargabriel@gmail.com)

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo maior analisar em que medida vida e obra de Carolina Maria de Jesus têm sido silenciadas, marginalizadas, toleradas, ou seja, postas em uma condição de atopia no espaço social. Para isso, ancora-se no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa em sua perspectiva enunciativo-discursiva, tal qual preconizada e desenvolvida por Dominique Maingueneau (2006; 2010a; 2010b; 2015), de quem acionamos o conceito de atopia, com algumas incursões no conceito de paratopia. O corpus constitui-se de trechos da obra de Carolina Maria de Jesus em que a autora relata a (im)possibilidade de estabelecer-se escritora e três comentários de acadêmicos sobre a obra caroliniana. Os resultados mostram que Carolina Maria de Jesus sofre um deslocamento duplo, isto é, da biografia e da obra, pelo fato de ela ter feito da sua biografia sua obra.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Análise do Discurso francesa. Discurso literário. Atopia. Paratopia.

ABSTRACT: This paper aims at analyzing to what extent the life and works of Carolina Maria de Jesus have been silenced, neglected, tolerated, that is, put in a condition of atopia in the social space. In order to achieve this goal, we base our analysis on the theoretical-methodological framework of French Discourse Analysis in its enunciative-discursive perspective, as developed by Dominique Maingueneau (2006; 2010a; 2010b; 2015), from whom we trigger the concept of Atopia with some incursions into the concept of Paratopia. The data consists of excerpts from de Jesus' work in which she reports the (im)possibility of becoming a writer, and some scholar's comments on her works. The results show that Carolina Maria de Jesus undergoes a double displacement—her biography and her works— because she has made her biography her work.

Keywords: Carolina Maria de Jesus. French Discourse Analysis. Literary Discourse. Atopia. Paratopia.

Considerações iniciais

Eu disse: o meu sonho é escrever!
 Responde o branco: ela é louca.
 O que as negras devem fazer...
 É ir pro tanque lavar roupa.

O trecho em epígrafe foi extraído de um poema de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), publicado postumamente em sua **Antologia Pessoal** (JESUS, 1996). Esse diálogo aparentemente simples entre uma mulher negra, cujo sonho é tornar-se escritora, e um homem branco revela o tema deste trabalho: a (im)possibilidade de certos perfis participarem de determinadas comunidades, ou melhor, a rejeição ou o

silenciamento de determinados discursos no interior do campo literário¹. Neste caso, trata-se da negra Carolina de Jesus, que teve indeferido, censurado ou ignorado o acesso à comunidade (círculo) de escritores brasileiros, supostamente pelo fato de ter sido uma mulher negra, semialfabetizada e moradora da maior favela da cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 1950.

Esse impedimento aconteceu precisamente em agosto de 1960, quando do lançamento de seu livro inaugural, **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**, mesmo que este seja um best-seller traduzido para 14 idiomas (inglês, espanhol/castelhano, francês, alemão, russo, japonês, polonês, holandês, italiano, romeno, húngaro, checo, dinamarquês e sueco), fato raríssimo entre escritores brasileiros, façanha realizada apenas por Jorge Amado e, mais recentemente, Paulo Coelho (Cf. Perpétua, 2014). Poucos meses após sua estreia na literatura, vida e obra de Carolina Maria de Jesus caíram em ostracismo por três décadas.

Com o advento do acesso à internet mais democrático, surgiram diversos movimentos sociais (ONGs, coletivos, associações de bairro...) que trabalham em causas que por muito tempo ficaram no anonimato: as causas em favor das minorias. Dentre elas, (re)surgiram, (re)organizaram-se ou fortaleceram-se os movimentos feministas que combatem o racismo, o sexismo e a desigualdade social como um todo, mas que também buscam a construção de identidade(s) negra(s), de mulheres da periferia, LGBTQI entre muitas outras lutas, seja por meio das políticas públicas, seja por meio da arte (música, literatura, dança, teatro, pintura, escultura...).

Nesse contexto sócio-histórico, após décadas de ostracismo, vida e obra da “escritora favelada” (predicado malicioso cunhado pela imprensa) Carolina Maria de Jesus têm sido (re)descobertas pelas novas gerações, dada a sua representatividade para os movimentos femininos, negros e periféricos, bem como ao fato de ela ter sido a primeira negra moradora de uma grande favela a publicar um livro, no qual denuncia para o mundo a vida árdua dos favelados e a sua luta diária por mantimentos básicos, ou seja, a luta pela sobrevivência: “[...] a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos” (JESUS, 2012, p. 195-196).

Consequentemente, esses movimentos sociais têm feito com que a academia (re)visitasse a obra de Carolina — além do acesso à informação mais democrático,

¹ Por esse termo, referimo-nos à noção desenvolvida em “Campo Discursivo: a propósito do campo literário” (In: MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em Análise do Discurso**, 2010b, p. 49-62).

contribuiu para isso o aumento significativo de ingressantes negros e moradores das periferias nas universidades brasileiras. Tal mobilização resultou em pesquisas de diversas áreas do conhecimento, como História, Sociologia, Estudos Culturais, Psicologia e Teoria da Literatura, que abordam questões de feminismo, migração, desigualdade social, racismo etc. Entre os estudos de fôlego, podem-se citar os de Farias (2017), Perpétua (2014), Sousa (2012), Santos (2009), Castro e Machado (2007), Meihy e Levine (1994). No entanto, caso haja, ainda são incipientes os estudos que tomam a obra de Carolina Maria de Jesus pela abordagem enunciativo-discursiva da Análise do Discurso de tradição francesa.

Além disso, corrobora nossa justificativa o fato de Ivan Cavalcanti Proença, renomado professor de literatura, afirmar, durante a homenagem à Carolina Maria de Jesus promovida pela Academia Carioca de Letras² em 17 de abril de 2017, que **Quarto de Despejo** “não é literatura”, pois o “diário não é ficcional”, logo, “não carrega literatura”. Com essa afirmação, o acadêmico retoma e põe em evidência uma discussão travada há muito tempo: o estatuto literário da obra caroliniana.

Sem nos determos na sua literariedade, já discutida nos trabalhos acima citados, embora essa questão seja o disparador da discussão aqui proposta, o objetivo maior deste artigo é analisar em que medida vida e obra de Carolina Maria de Jesus têm sido postas à margem, negligenciadas ou mesmo silenciadas no espaço social, ou seja, em que medida vida e obra de Carolina têm sido postas numa condição de atopia. Para isso, este trabalho insere-se no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa na perspectiva enunciativo-discursiva, tal qual preconizada e desenvolvida por Dominique Maingueneau (2006; 2010a; 2010b; 2015), de quem acionamos o conceito de atopia com algumas incursões no conceito de paratopia. O corpus é constituído de fragmentos da obra de Carolina Maria de Jesus em que a autora relata a (im)possibilidade de estabelecer-se escritora e alguns comentários de três renomados acadêmicos sobre a obra caroliniana: Wilson Martins, Marilene Felinto e Ivan Cavalcanti Proença. Ainda que Carolina (e obra) tenha sido alvo de vários boicotes e ataques, esses três autores sintetizam, de certo modo, todos eles.

É necessário informar desde já que partimos do pressuposto de que não se deve desvencilhar a biografia da obra, pois Carolina Maria de Jesus fez sua vida a

² O vídeo “oficial” do evento foi retirado do ar, mas ainda é possível acessar o fragmento em questão no endereço: https://www.youtube.com/watch?v=gsbHLyahQ_8. Acesso em 22 jan. 2018.

sua obra, sendo por isso rotulada de “escritora de diários” e seus escritos ficando sob a rubrica “autobiografia”, embora tenham ultrapassado esses gêneros.

Visando a uma compreensão maior desta discussão, este artigo divide-se em três partes: na primeira, retomamos brevemente a biografia de Carolina de Jesus, com vistas a compreender os motivos que a levaram à “clandestinidade”; na segunda, apresentamos o arcabouço teórico-metodológico no qual nos ancoramos; na terceira, apontamos o diálogo (im)possível entre Carolina Maria de Jesus e o círculo literário brasileiro, seguido de nossas Considerações finais.

De Bitita a Carolina Maria de Jesus: o despertar da escritora

Quando escrevi o meu diário não foi visando publicidade. É que eu chegava em casa, não tinha o que comer. Ficava revoltada interiormente e escrevia. Tinha a impressão que estava contando minhas magoas a alguém. E assim surgiu o Quarto de Despejo.

Carolina Maria de Jesus

A menina Bitita (apelido de infância de Carolina) nasceu aos 14 de março de 1914, no município de Sacramento, interior de Minas Gerais. Neta de humanos escravizados, Bitita teve a oportunidade de frequentar o colégio espírita Allan Kardec graças à dona Maria Leite, filantrópica que, além de possibilitar o ingresso de negros na escola, ainda fornecia roupas e livros novos para essas crianças desamparadas pelo poder público. Deve-se lembrar que, no início da década de 1920, o acesso ao sistema educacional era praticamente uma exclusividade de crianças brancas e que, em grande parte dos casos, pertenciam a famílias tradicionais.

Dona Maria Carolina, mãe de Bitita, por conta de seu novo emprego, teve de se mudar com a família para uma fazenda em outra cidade. Por isso, Bitita teve de interromper os estudos, visto que a distância entre a nova moradia e o colégio era inviável para uma criança. Assim, Carolina só recebeu uma educação formal por dois anos incompletos. Pode-se considerar que o mais importante desse período tenha sido o fato de a menina Bitita compartilhar um espaço social com crianças brancas sem estar a serviço delas, muito embora não tenha escapado ao constante bullying, conforme relatado em seu livro de memórias **Diário de Bitita** (JESUS, 1986).

Esses dois anos incompletos de vivência escolar — somados aos esforços de sua professora, quem lhe emprestava livros de História e poesia, além de incentivá-la a escrever tudo que viesse à mente — foram suficientes para despertar em Bitita a

sua paixão pela leitura: “É por intermédio dos livros que adquirimos boas maneiras e formamos nosso caráter” (JESUS, 2012, p. 195).

Carolina e a mãe mudavam-se constantemente, de emprego em emprego nas fazendas tanto do interior mineiro quanto do paulista, vendendo sua mão de obra durante as colheitas. Ambas trabalharam também como domésticas em Franca e Ribeirão Preto (SP) para sobreviverem. Mas a condição financeira não melhorava. A situação de Bitita se agrava quando, depois de muito sofrimento, sua mãe morre (MEIHY; LEVINE, 1994). Após esse acontecimento, Carolina continuou trabalhando como empregada doméstica. Uma de suas patroas, como fazia com frequência, visitaria a capital paulista. De Jesus aproveita a oportunidade e viaja com os patrões para São Paulo, realizando o sonho de conhecer a cidade onde acreditava que teria melhores condições de vida e seria capaz de prosperar.

Sozinha no mundo, Carolina Maria de Jesus desembarca na Estação da Luz, região central da capital paulista, a poucos quilômetros de onde seria sua morada por mais de 12 anos e cenário de suas narrativas. Sem nenhuma condição financeira de se abrigar confortavelmente, Carolina dormiu sob pontes, nas estradas, pois não tinha quem a ajudasse. Para sobreviver, exerceu várias atividades: empregada doméstica, cozinheira, faxineira de hotel, auxiliar de enfermagem, artista circense...

Em 1948, Carolina engravida de um marinheiro português, que a abandona logo em seguida para voltar ao trabalho. Em razão dessa gravidez, perde o emprego e a moradia na casa em que trabalhava como doméstica. Conseguir um emprego semelhante durante a gestação estava fora de cogitação, então, muda-se para um cortiço na região central da cidade de São Paulo. Entretanto,

Os donos exigiram e apelaram queriam o terreno vago no prazo de 60 dias. Os favelados agitavam-se. Não tinham dinheiro. [...] Os policias percorria a favela insistindo com os favelados para sair. Só se ouvia dizer o que será de nós? São Paulo modernisava-se. Estava destruindo as casas antigas para construir arranha céus. Não havia mais porões para o ploletario (JESUS, 2014, p. 24).

Carolina e outras centenas de pessoas são “despejadas” no leito do Rio Tietê, nas proximidades do bairro do Canindé. Grávida e sem ter aonde ir, de Jesus recolhe madeiras e outros materiais de construção numa igreja e constrói seu barraco no terreno público (a Favela do Canindé), nas proximidades do aterro sanitário da cidade, onde Carolina passou a catar material tanto para vender quanto para escrever. A

favela do Canindé foi extinta em 1960, para a construção da Avenida Marginal do Tietê. Assim, os marginalizados da cidade são removidos e substituídos pela Marginal do rio, privilegiando o trânsito dos poucos automóveis da cidade.

Por conta da inauguração de um parquinho público na favela, em abril de 1958, Audálio Dantas, repórter da **Folha da Noite**, foi enviado ao local para cobrir o evento. Enquanto tomava notas da situação, ouviu uma negra reivindicando o parquinho às crianças, com ameaças do tipo: “Vou te colocar no meu livro”. Interessado no tal “livro”, o repórter foi falar com a mulher, Carolina Maria de Jesus. Impressionado com o conteúdo ali apresentado, Dantas reproduziu alguns trechos no jornal **Folha da Noite** (1958) e outros na revista **O cruzeiro** (1959). Dada a repercussão dessas matérias, iniciou-se o processo de edição e preparação do que foi intitulado **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**, publicado em 20 de agosto de 1960.

Entre apoio e conflitos, a parceria de Carolina e Dantas rendeu ainda outra publicação: **Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada** (1961). Com o rompimento da amizade e a falta de interesse na escritora após o sucesso meteórico, Carolina se viu sozinha novamente. Os royalties do seu livro de estreia permitiram que ela ainda bancasse a publicação de **Provérbios** (1963) e **Pedaços da fome** (1963), ambos fracassos de crítica e venda, que estão fora de catálogo desde então. Postumamente, são publicados **Diário de Bitita** (1986), **Meu estranho diário** (1996), **Antologia pessoal** (1996), **Onde estaes felicidade?** (2014) e **Meu sonho é escrever... contos inéditos e outros escritos** (2018).

Traçada essa breve biografia da escritora e elencada a sua bibliografia, passemos agora aos conceitos que norteiam este trabalho.

Da paratopia à atopia: além e aquém da sociedade

A fim de estabelecer a localização dos discursos no universo discursivo, isto é, a inter-relação das práticas discursivas em sociedade, Dominique Maingueneau (2006; 2010a; 2010b; 2015) desenvolve um quadro teórico-metodológico que possibilita a composição de uma cartografia dos discursos. A primeira categoria desenvolvida nesse sentido foi a de **discursos constituintes**³. Estes designam

³ Categoria introduzida em “L’analyse des discours constitutants” (MAINGUENEAU; COSSUTTA In: *Langages* 117, 1995, p. 112-125). Uma síntese dos vários trabalhos do autor a esse respeito pode ser

fundamentalmente “[...] os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma” (MAINGUENEAU, 2006, p. 60). A hipótese do autor é a de que há um domínio específico no seio da produção verbal de uma sociedade, tipos de discursos que têm em comum algumas propriedades relativas às suas condições de emergência, funcionamento e circulação.

Segundo o teórico, os discursos constituintes são o literário, filosófico, religioso e científico, que fundam e não são fundados por outro discurso em situações de comunicação; conferem sentido aos atos da coletividade, pois são dotados de um estatuto singular: zonas de fala entre outras e falas que se pretendem superiores. Note-se que isso não quer dizer que discursos não constituintes (midiático, escolar, administrativo, econômico...) não ajam sobre eles. Pelo contrário, há uma constante interação tanto entre os discursos constituintes quanto entre os constituintes e os não constituintes (basta lembrar do embate entre os discursos religioso e científico pela detenção da “verdade” sobre o mundo). No entanto, os discursos constituintes negam a existência de tal interação ou agem no intuito de submetê-la a seus princípios.

Pelo fato de não haver outros discursos acima deles e por eles se autorizarem a partir de si mesmos, o teórico observa que os discursos constituintes têm um pertencimento paradoxal: pertencem e não pertencem ao universo social; expressam a impossibilidade de atribuir a si uma verdadeira topia (lugar), visto que somente os discursos ancorados em um Absoluto, ligados a uma Fonte legitimante, podem fiar outros discursos (MAINGUENEAU, 2010b). Assim, esses discursos simultaneamente **auto** e **hetero**constituintes o autor denomina **discursos paratópicos**, porque são discursos-fronteiras, que só existem por uma localização paradoxal, isto é, estão **além** da sociedade mesmo dela participando, ou melhor, precisam estar ao mesmo tempo **na** sociedade e **fora** dela para legitimarem a si e aos outros.

Em relação ao discurso literário, Maingueneau (2006) distingue alguns tipos de paratopia: espacial, temporal, linguística e identitária (familiar, sexual e social), que são correlacionadas e essenciais para a criação literária. Contudo, o objetivo maior deste trabalho não é encontrar ou atribuir um estatuto paratópico para a vida e obra de Carolina de Jesus, mas sim verificar em que medida sua vida e obra são postas à

encontrada em “Os Discursos Constituintes” (In: MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**, 2008, p. 37-54).

margem, abafadas, negligenciada no espaço social, embora sua existência seja facilmente atestada.

Visto que o universo discursivo não se limita a uma divisão binária: de um lado, estão os discursos constituintes (paratópicos) e, do outro, os não constituintes (tópicos), deve-se lembrar que o “caráter problemático” de pertencimento a esse universo não é uma exclusividade dos discursos paratópicos. O discurso atópico é também fruto de um pertencimento paradoxal.

Maingueneau (2010a) desenvolve a noção de atopia quando do seu estudo sobre o discurso pornográfico, precisamente a literatura pornográfica francesa. Sua hipótese é a de que “a literatura pornográfica é flagrada em uma dupla impossibilidade: 1) é impossível ela não existir; 2) é impossível ela existir” (MAINGUENEAU, 2010a, p. 24). A primeira impossibilidade diz respeito à “ordem do fato”, isto é, diante do que é uma sociedade, é inelutável que esses enunciados pornográficos são produzidos nela. A segunda impossibilidade é no sentido da “norma”, isto é, se o discurso pornográfico tivesse pleno direito de cidadania, então não haveria sociedade possível. Dito de outro modo, se livros, filmes e outras semioses pornográficas tivessem o mesmo estatuto que filmes, livros, artes e outras semioses não pornográficas, os atuais valores sociais seriam insignificantes, fadados ao fracasso.

Com essa hipótese, o teórico chama a atenção para a ambiguidade do verbo “existir”: “é certo que a literatura pornográfica existe, no sentido de que ela é massivamente atestada, mas ela não existe plenamente, no sentido de que é clandestina, nômade, parasita, ocultada...” (MAINGUENEAU, 2010a, p. 24). Produtos pornográficos ocupam locais reservados, até mesmo escondidos (restrição de idade, local e horário para acessar seu conteúdo, embalagens discretas para transporte...). Além disso, dificilmente seus autores e produtores (em geral, pseudônimos) são homenageados, premiados ou mencionados em eventos públicos, “em família”.

Deste modo, as práticas relacionadas ao universo pornográfico (produção e consumo de literatura, filmes, artes, piadas...) não têm lugar para existir, esgueiram-se pelos interstícios do espaço social. Essa falta de um lugar social é denominada pelo teórico de **atopia**, sendo a justaposição do prefixo *a* (negação, falta) com *topia* (lugar). Dito de outra forma, o discurso pornográfico é considerado “atópico”, porque a sua existência plena é negada, posta na clandestinidade ou, no máximo, tolerada.

Em síntese, os discursos constituintes (paratópicos) e o discurso atópico são parasitários e atuam na fronteira social; no entanto, não se trata da mesma fronteira: à medida que os discursos paratópicos têm “direito de cidadania” (melhor, fundam o direito da cidade a ser uma cidade), a produção pornográfica não é reconhecida pela cidade, é abafada, silenciada quando não agredida. Sendo assim, os discursos com potencial paratópico precisam estar simultaneamente **na** e **fora** da sociedade para constituírem a si e aos outros, ou seja, estão **além** da sociedade; por sua vez, o discurso pornográfico está **aquém** da sociedade, por ser considerado infame, torpe.

Ao tratarmos da obra de Carolina de Jesus, somos tentados a recorrer ao conceito de paratopia, uma vez que Maingueneau o desenvolve quando do seu estudo sobre o discurso literário. Nossa proposta, porém, é tensionar o conceito de atopia para além do discurso pornográfico e abarcar também a obra de Carolina Maria de Jesus, com vistas a analisar em que medida a sua produção artística tem sido posta em condição de atopia no campo literário, isto é, silenciada, abafada, marginalizada ou quando muito tolerada, por ser considerada **aquém** dos cânones.

Nossa motivação em trilhar pelo conceito de atopia justifica-se pelo fato de alguns eruditos (discutidos no próximo item) alegarem que os escritos carolinianos têm no máximo valor histórico, sociológico e até sentimental, mas não literário. A diferença se dá, então, no fato de que, na paratopia, o escritor deve pertencer e não pertencer ao mesmo tempo, isto é, deve adotar um pertencimento insustentável numa topia; já na atopia, como tentamos demonstrar, Carolina não tem escolha: é silenciada e empurrada para outros campos, ou seja, impedida de estabelecer-se numa topia.

Note-se desde já que há uma voz que não tolera Carolina no campo literário, por isso, tem se esforçado para mantê-la afastada, abafada, sem existência plena na comunidade dos “escritores legítimos”, embora de Jesus a todo momento manifeste seu desejo de estabelecer-se escritora: “O que sempre invejei nos livros foi o nome do autor. Eu li o meu na capa do livro... Fiquei emocionada. É preciso gostar de livros para sentir o que eu senti” (JESUS, 2012, p. 195).

À medida que Carolina se esforça para se estabelecer como escritora, a poeta dos pobres depara-se com as adversidades, uma força disposta a impedir a realização de seu sonho, como se dissesse “coloque-se no seu lugar”. Mas qual é o lugar que lhe destinaram? Pode-se encontrar a resposta em várias passagens de seus escritos. Em 16 de junho de 1958, a autora relata “[...] Eu escrevia peças e apresentava aos

diretores de circos. Eles respondiam-me: — É pena você ser preta.” (JESUS, 2012, p. 65). Ou ainda, como registrado no seu poema Quadros:

Eu disse: o meu sonho é escrever!
 Responde o branco: ela é louca.
 O que as negras devem fazer...
 É ir pro tanque lavar roupa.
 (JESUS, 1996, p. 201)

Num país com o histórico de escravidão negra tão longo, a cor da pele (se não impossibilita) dificulta muito a realização do seu sonho de tornar-se escritora. Isso parece algo tão petrificado no imaginário popular, enraizado no brasileiro, que já não causa mais espécie, e sim “graça”, passando-se como uma trivialidade, um fato consumado. E Carolina, enquanto mulher negra, reflete esse discurso:

Contei-lhes que um dia uma jovem bem vestida vinha na minha frente
 um senhor disse:
 — Olha a escritora!
 O outro agêitou a gravata e olhou a loira. Assim que eu passei fui
 apresentada. Ele olhou-me e disse:
 — É isto!
 E olhou-me com cara de nojo. Sorri, achando graça.
 — Ela é a escritora vira-lata disse a Dona Maria mãe do Ditão.
 Os passageiros sorriram. E repetiam. Escritora vira-lata.
 (apud SOUSA, 2012, p. 13)

Com as reportagens promocionais para o lançamento de **Quarto de Despejo**, no correr de 1960, a discriminação (racial e social) intensifica-se cada vez mais por parte daqueles que se recusam a reconhecê-la como escritora:

22 de maio de 1960:
 [...] nas ruas o povo dizia “olha a escritora que estava na televisão...
 Ela ganhou uma caneta de ouro”.
 — Por que é que ela ganhou a caneta?
 — Ela é a escritora da favela.
 Ouvi uma gargalhada irônica:
 — Favela não dá escritor. Dá ladrão, tarado e vadio. Homem que mora
 na favela é porque não presta.
 (JESUS, 1961, p. 25)

Conforme visto anteriormente, graças à filantropia de Maria Leite, a menina Bitita matriculou-se num instituto educacional quando raríssimos negros o fariam. No colégio, Bitita aprendeu a ler e escrever, também contrariando as estatísticas do seu povo. Quando do lançamento de seu **Quarto de Despejo** em 1960, Carolina “invade”

um espaço que não a comporta (praticamente restrito à aristocracia), que foi abalado pelo conteúdo expresso no seu livro e por tudo que representa. Em outras palavras, uma mulher negra, moradora de uma favela e semialfabetizada não poderia almejar ser escritora, menos ainda tornar-se uma escritora produzindo seus textos fora dos moldes canônicos, transgredindo sua estética, sem sofrer consequências.

No item a seguir, discutimos algumas das reações (ou seriam retaliações?) a essa “ousadia” da negra Carolina Maria de Jesus e seu “ideal nobre”.

Um diálogo (im)possível: o (não) lugar da “escritora favelada”

... meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre.
Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus surge no e para o mundo por meio de seus escritos, precisamente com a publicação, em 1960, de seu **Quarto de Despejo**⁴. Neste item, abordamos as formas como se tem tentado silenciar, negligenciar ou anular sua vida e obra, ou seja, de que forma sua vida e obra têm sido postas numa condição de atopia. Iniciemos com o seu (não) lugar social.

Ao receber os royalties da venda do seu livro, Carolina e os três filhos puderam finalmente realizar um antigo sonho: ter a casa própria. Mudaram-se, no final de 1960, para o Alto de Santana⁵, onde foram infelizes. A vizinhança não acolheu a família Jesus. Carolina, mãe de três filhos frutos de relacionamentos diferentes, recém-saída de uma favela e ainda pregava que “homem nenhum haveria de domá-la nem teleguiá-la”, encontrou resistência no bairro novo: seus filhos foram proibidos de brincar com as crianças brancas da vizinhança; constantemente recebia reclamações dos vizinhos, que não hesitavam em manifestar seu descontentamento com a presença da família ali... Tudo isso culminou no abalo psicológico da escritora.

Meses depois, quando Carolina deixou de ser um atrativo para a sociedade letrada de São Paulo (“a favelada que escrevia”), simplesmente foi abandonada, como o resíduo reciclável (papéis, latas, ferro...) que ela catava nas ruas da cidade para sobreviver quando morava na favela do Canindé. Após essas decepções, Carolina de

⁴ Embora tenha publicado poesias e relatos, além de ter sido entrevistada em jornais cariocas e paulistanos entre 1940 e 1960 (FARIAS, 2017), foi com a publicação de ‘Quarto de Despejo: diário de uma favelada’ que a mineira Carolina alcançou projeção nacional e internacional.

⁵ Santana, bairro paulistano de classe média, distinguiu-se como um dos mais conservadores da cidade. Nacionalmente, ficou conhecido pelas atividades das “Senhoras de Santana”, grupo que promovia campanhas de fundo moralizante na virada de 1970 para 1980. (MEIHY; LEVINE, 1994).

Jesus vendeu a casa em Santana e comprou um sítio em Parelheiros (extremo Sul da cidade de São Paulo), onde, ao regressar à sua infância no campo (JESUS, 1986), viveu pacatamente e sem recursos até seu último dia, 13 de fevereiro de 1977.

O sucesso editorial de **Quarto de Despejo** proporcionou “conforto” à família e, com ele, esperava-se que Carolina cessasse sua escrita, isto é, a crítica à situação deplorável a que os menos favorecidos estavam submetidos (há de se notar que o sucesso do livro gerou embaraço às autoridades da época, que precisaram vir a público e se explicar). Contudo, isso não aconteceu, ela continuou a escrever da mesma maneira. Tal “insistência” na escrita e no seu jeito “rebelde” de ser lhe renderam a alcunha de “negra ingrata”, por não aceitar o lugar que lhe destinaram.

Além dessa “recusa”, Carolina caiu em ostracismo quando os militares tomaram o poder em 1964. Sua narrativa calcada na crítica social não condizia com o desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek⁶, tampouco com os padrões estabelecidos pelo regime militar. Desse modo, de Jesus sofreu uma censura branca: seu livro passou a ser recusado pelos editores, que viam nele o perigo iminente de censura pelo governo militar e os consequentes prejuízos financeiros. Note-se que ela foi marginalizada, posta na clandestinidade social, ou seja, teve o lugar de escritora subtraído, impossibilitada de exercer sua função e fazer circular sua obra.

É notável, em seus escritos, que enquanto Carolina via na promessa de publicação de seu livro uma forma de ascensão social, ela alimentava uma certa esperança de que sua vida seria perfeita a partir do momento em que ela saísse da favela: casa de alvenaria, fartura na alimentação e tranquilidade para exercer sua função de escritora. Um equívoco porque,

[...] enquanto alavanca social, a literatura cobra um preço alto dos aspirantes a sócios de seu clube exclusivo... Preço talvez alto demais para uma mulher negra e pobre que recusava sempre os scripts que lhe reservava a sociedade branca e culta (LAJOLO, 1996, p. 60).

Após ter seu **Quarto de Despejo** publicado, a mudança para Santana e a desilusão de não ter sido bem-vinda exatamente onde ela depositava todas as suas esperanças, Carolina foi acometida pelo sentimento de **não pertencer a nenhum**

⁶ Juscelino Kubitschek (1902-1976) foi Presidente da República de 1956 a 1961. O *slogan* de seu governo, “50 anos em 5”, dava o tom do seu projeto desenvolvimentista: desenvolver o interior do país e integrar a nação em 5 anos. Entretanto, narrativas como a de Carolina Maria de Jesus apontam o preço pago sobretudo pelos menos favorecidos para que o Brasil se desenvolvesse e integrasse.

lugar: nem favela nem cidade. Restou-lhe o limbo. Eis, talvez, o motivo de ela ter escolhido passar seus últimos anos numa chácara em Parelheiros, isolada da cidade. Posto isso, passemos para o (não) lugar de sua obra no campo literário.

Desde o lançamento de **Quarto de Despejo**, sua autoria tem sido questionada com certa sazonalidade — as críticas mais mordazes são assinadas pela jornalista e escritora Marilene Felinto (1996) e pelo crítico literário Wilson Martins (1993), para quem o livro não passa de um “embuste”. O crítico literário alegou que a negra favelada não teria condições de escrever aquele livro. Portanto, “Carolina Maria de Jesus” seria na verdade um pseudônimo de Audálio Dantas, para este evitar possíveis represálias. Ainda, que o livro era obra de um “espertalhão”, não passava de um “golpe publicitário”. Perante essas acusações, Dantas pronuncia-se: “[...] repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história — a visão de **dentro** da favela” (DANTAS, 2012, p. vi-vii — grifo do autor).

Ressalva-se que o problema das favelas nas décadas de 1940 a 1960 era restrito a alguns pontos isolados da capital paulista, motivo pelo qual muitos moradores de São Paulo desconheciam a favela do Canindé e seus dramas, embora à época esta fosse a maior da cidade. Assim, a partir da narrativa do livro, a população (sobretudo os leitores de jornais e revistas) se espantou com aquele lugar “diferente”, aonde o Estado só chegava por meio da Polícia Militar.

O outro ponto diz respeito ao fato de a autora ser uma mulher negra e semialfabetizada, o que, para alguns, põe em xeque a sua capacidade de criação, de registro crítico da realidade, a ponto de atribuir a autoria do livro a um homem branco. No que tange à dicotomia homem/mulher, Pierre Bourdieu (2012, p. 82) informa que “[das mulheres] se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas”. Essa dominação masculina, “que constitui as mulheres como objetos simbólicos”, estende-se também para a “escrita feminina”, ou seja, não se espera que a mulher possa ser crítica, elevar o tom para ser ouvida etc. De modo algum Carolina se enquadrava nessas premissas; ela pagou o preço por querer ser dona do próprio destino. Além de autoproclamar-se “porta-voz do povo” na reivindicação de direitos básicos, ela rejeitava o “ser feminina para o homem”, isto é, submissa, contida, apagada ou o papel de “esposa ideal” cultivada nos anos 1950. Em várias passagens de seu trabalho, a escritora rejeita esse lugar imposto à mulher, tanto que nunca se casou:

18 de julho de 1955

[...] A minha porta atualmente é teatro. [...] Elas [as vizinhas] alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmola ... tem que mendigar e ainda apanhar. [...] Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. (JESUS, 2012, p. 16-17)

Constatado que Carolina Maria de Jesus realmente existia (após entrevistas para a imprensa por conta do lançamento do seu livro), começou-se a questionar a qualidade de sua escrita. Um dos argumentos mais utilizados para deslegitimar o estatuto de escritora de Carolina é que seus diários carecem de uma certa “estética literária”, isto é, uma escrita aceita pela academia — “república das letras brancas e cultas” (LAJOLO, 1996, p. 43) —, com suas concordâncias verbais e nominais, crases e mesóclises... território onde a literatura “conquista” sua cidadania.

Em 17 de abril de 2017, durante uma homenagem à Carolina Maria de Jesus promovida pela Academia Carioca de Letras, o renomado professor de literatura Ivan Cavalcanti Proença reacende a discussão, ao afirmar que a obra de Carolina não pode ser considerada literária, pois “diário não é ficcional, não carrega literatura”. O erudito, que também é membro da Academia Carioca de Letras, justifica sua tese elencando e dissertando sobre casos de sintaxe (períodos curtos, sincopados, sem orações subordinadas...). Em seguida, relata: “Ouvi muitos intelectuais paulistas: ‘se essa mulher escreve, qualquer um pode escrever’”. Não nos deteremos na questão se o professor teve ou não a intenção de diminuir os escritos carolinianos, visto que foi convidado para homenageá-la. Fato é que sua declaração, na esteira das críticas de Wilson Martins e Marilene Felinto, refletiu um discurso conservador no que tange ao estabelecimento e à manutenção do padrão acadêmico para um texto ser considerado literário ou não, isto é, “conquistar” sua cidadania plena. Com isso, a declaração de Proença gerou embate entre os presentes à sessão, além de render várias publicações inflamadas, facilmente encontradas na internet.

Ora, deve-se recordar que uma escrita que não copie ou se aproxime em demasia dos grandes textos (cânones) também se constitui como uma estética outra; afinal, não é só de cânones que vive o discurso literário. Além disso, são precisamente os seus “erros gramaticais” que dão o tom verossímil da obra, de uma narradora-personagem que teve o seu direito à educação negado, o seu direito à moradia negado e o seu direito aos serviços básicos negado. Carolina fez o que pôde com as

ferramentas de que dispunha: estudou até o segundo ano do primário e, ainda assim, diante de tantas adversidades, foi capaz de registrar sua obra (poemas, memórias/relatos, contos...), uma visão “de dentro da favela”, ou seja, de alguém que dificilmente teria outro meio disponível para se expressar, uma vez que as classes dominadas não falam, são faladas, já dizia Pierre Bourdieu alhures.

Não bastassem essas questões, de Jesus foi vendida pela indústria cultural como uma escritora de diários, embora sua produção literária vá além deles. Por muito tempo, o gênero diário foi considerado “baixo”, de “pouca qualidade”, uma corruptela muito **aquém** da literatura canônica, na maioria das vezes destinado a “assuntos femininos” e/ou à escrita de excluídos⁷. Mesmo assim, era destinado no geral às mulheres brancas, que aprendiam a ler e escrever, que tinham acesso a jornais e a outros bens culturais. Philippe Lejeune (1980 *apud* PERPÉTUA, 2014, p. 41) informa que “O silêncio dos outros parece muito natural: a autobiografia não faz parte da cultura dos pobres”, ao observar que os “outros” (os excluídos) só registravam suas biografias por intermédio de um historiador, etnógrafo, antropólogo ou, mais recentemente, jornalista⁸, ou seja, sob a chancela do homem branco acadêmico e, na maioria das vezes, a partir de sua visão eurocêntrica.

Entretanto, Carolina rompe com essa tradição e registra ela mesma, a seu modo, o seu cotidiano (e dos demais moradores da favela do Canindé) em cadernos encardidos encontrados nas ruas e lixeiras do centro de São Paulo, enquanto ela catava papel para sobreviver, sem o prestígio acadêmico ou dos grandes poetas. Observe-se que, figura essencial para a publicação de **Quarto de Despejo**, o jornalista Audálio Dantas foi o intermediário entre Carolina Maria de Jesus e a editora Francisco Alves, mas ele organizou e editou os escritos de Carolina, não os escreveu⁹.

O desejo de estabelecer-se escritora é manifesto na obra de Carolina como um todo, motivo pelo qual se definiu o título de seu mais recente lançamento: **Meu sonho é escrever...** (JESUS, 2018). Paradoxalmente, ela esforçava-se para integrar o círculo de escritores brasileiros, o qual a tem rejeitado de todas as formas possíveis.

⁷ Entre muitos outros exemplos, podemos citar nomes como o de Anne Frank, Helena Morley, Maura Lopes Cançado e Francisca Souza da Silva, que se consagraram no gênero diário.

⁸ Como no caso da guatemalteca vencedora do Nobel da Paz de 1992, “Meu nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu minha consciência”, de Elizabeth Burgos. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra (1993).

⁹ Pode-se atestar a autenticidade dos escritos ao se consultar o acervo Carolina Maria de Jesus, dividido entre o Museu Afro-Brasileiro (SP), Museu de Sacramento (MG), Instituto Moreira Sales (RJ) e Biblioteca Nacional (RJ), onde aliás passa por um sofisticado processo de digitalização. Disponível em: <https://www.vidapoescrito.com/biblioteca-nacional>. Acesso em 11 mar 2018.

Tal qual a pornografia causa embaraço às tradições familiares, a presença da autora de **Quarto de Despejo** no campo literário abalaria suas estruturas (ritos e ditames) impostas e mantidas desde os tempos mais remotos, devido a tudo que Carolina Maria de Jesus representa: a antítese do cânone.

Segundo as formulações teóricas de Dominique Maingueneau (2006; 2010a; 2010b; 2015), o discurso literário tem um grande potencial paratópico porque é um discurso constituinte, ou seja, é capaz de fundar e legitimar sua própria enunciação, ao acionar qualquer gênero de discurso para compor as suas cenografias.

Em um discurso constituinte, há **constituição** porque os dispositivos enunciativos que ele elabora legitimam, de maneira, por assim dizer, performativa, sua própria existência, mas agindo como se obtivessem tal legitimidade do Absoluto, que falaria por meio deles... (MAINGUENEAU, 2015, p. 142 — grifos do autor).

Nesse sentido, a escrita de Carolina autolegitima-se para a produção de efeitos de sentido (verossimilhança) de uma narradora-personagem que, devido à negação de direitos básicos, como o acesso à educação, tem uma escrita carregada de deslizes gramaticais, hibridismos da linguagem culta e informal, do popular, do poético etc.

No entanto, a academia subtrai o caráter literário dos escritos carolinianos, ao alegar que “[tais] textos teriam no máximo valor documental, de interesse sociológico [...] antropológico ou mesmo psicológico” (FELINTO, 1996). Com isso, marginaliza-se a obra de Carolina e coloca-a numa condição de atopia, ou seja, sua enunciação literária não tem direito à cidadania plena no campo literário, é parasitária, está aquém.

Se, por ventura, seus escritos gozassem de um prestígio literário, ou seja, legitimado pela academia, é bem provável que, em suas análises, os críticos justificassem os períodos curtos e deslizes gramaticais por estarem relacionados a uma comunidade mais humilde, não educada formalmente etc. (como paratópica, a enunciação literária é autoconstitutiva). Entretanto, ao negar o estatuto literário aos escritos (fora dos moldes canônicos), a academia os empurra para outros campos: “têm no máximo valor documental, sociológico, antropológico ou psicológico...” (FELINTO, 1996). O que se tem é uma tentativa (por enquanto bem-sucedida) de marginalizar, silenciar, pôr na clandestinidade a obra caroliniana, isto é, de negar-lhe a cidadania plena no campo literário. Com isso, a própria autora, após sucessivas negativas, reconhece essa impossibilidade, como manifestado nos seguintes versos:

Não digam que eu fui rebotalho,
 Que vivia à margem da vida
 Digam que eu procurava por trabalho
 Mas fui sempre preterida.
 Digam ao meu povo brasileiro
 Que o meu sonho era ser escritora,
 Mas eu não tinha dinheiro
 Pra pagar uma editora.
 (apud CASTRO; MACHADO, 2007, p. 53)

Observe-se ainda que o (não) lugar de Carolina na sociedade não se restringe aos pontos indicados. De acordo com Meihy e Levine (1994, p. 19-20), a escritora não teve apoio dos militantes da esquerda nem dos da direita: “para os primeiros, ela não parecia suficientemente estridente para provar as teses da luta de classes; para a direita, seus testemunhos incomodavam o pressuposto da pobreza domesticada, útil sem dúvida para os discursos disciplinadores”. Assim, para os historiadores,

Carolina foi, pode-se dizer, uma guerreira valente contra as tropas da herança racista, anti-interiorana, preconceituosa em relação às mulheres e, sobretudo uma pessoa afrontadora da marginalidade e da negligência política. Rebelava-se sozinha e por isso jamais chegou a ser revolucionária ou heroína permanente. Sequer foi musa de causas coletivas. Houve um momento em que, ainda que de maneiras contraditórias e estranhas, ela cabia em todas as frentes e, ao mesmo tempo, não servia por longo período a nenhuma. Por isso é provável que tenha sido deixada por todos. (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 19)

Tem-se, então, uma vez mais, o não lugar de Carolina Maria de Jesus. Em outras palavras, estamos diante da impossibilidade de lhe atribuir uma topia.

Considerações finais

Este texto buscou verificar em que medida vida e obra de Carolina Maria de Jesus têm sido negligenciadas, silenciadas e postas na clandestinidade no espaço social, ou seja, numa condição de atopia. Para isso, ancorou-se no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, na perspectiva enunciativo-discursiva tal qual preconizada por Dominique Maingueneau (2006; 2010a; 2010b; 2015), de quem acionamos o conceito de atopia com incursões no conceito de paratopia.

Nos seus escritos, Carolina nunca hesitou em manifestar seu desejo de estabelecer-se escritora. Paradoxalmente, ela esforçava-se para integrar o círculo de escritores, o qual a tem boicotado e rejeitado de várias maneiras, dentre elas, a

afirmação de que sua obra carece de estética literária e, com isso, tem no máximo valor documental, sociológico, psicológico etc., mas não literário.

Conforme Maingueneau (2015) adverte, um discurso em condição de atopia pode, ao longo do tempo, deixar de sê-lo. É o caso, por exemplo, do que se entendia por “pornografia” em séculos passados e, atualmente, consta nas prateleiras dos grandes escritores ou clássicos da literatura. É precisamente nesse sentido que os movimentos negros e periféricos, somado ao aumento significativo de ingressantes negros nas universidades brasileiras, têm trabalhado para resgatar uma memória que por muito tempo ficou silenciada, negligenciada, tolerada. Nesse cenário que se pinta, a democratização do acesso à internet tem sido fundamental tanto para a circulação quanto para o consumo dos textos de Carolina Maria de Jesus, resgatando-os, desse modo, da sombra, do não lugar social.

O que está em jogo é uma disputa por representatividade, daí o embate entre indeferir e outorgar a cidadania plena desses escritos no campo literário. O discurso que é favorável aos escritos carolinianos gozarem de um estatuto literário alega que a academia não o faz por razões paraliterárias. Sem esse estatuto (“cidadania plena”), os livros de Carolina Maria de Jesus não são estudados em escolas públicas — com exceção da iniciativa de alguns professores —, nem constam em bibliotecas públicas, tampouco nas bibliografias básicas dos cursos de Letras e afins das universidades brasileiras, ou seja, existem e ao mesmo tempo não existem.

Diante de tais evidências, lançamos a hipótese de que a obra de Carolina Maria de Jesus tem uma condição **atópica**, isto é, uma existência cujo direito de existir plenamente em sociedade é negado, silenciado, desprezado. Pelo fato de sua obra estar intimamente ligada à sua biografia, defendemos a existência de uma dupla negação: a da obra e a da autora, visto que uma implica a outra.

Esperamos que este trabalho possa despertar o interesse de pesquisadores em pesquisas futuras, pois Carolina Maria de Jesus é uma personagem importante da História brasileira e, principalmente, da luta dos excluídos depositados nos “quartos de despejos” dos grandes centros urbanos. Ainda, é uma autora cujos escritos foram buscar voz onde só havia silêncio, ao asseverar que o subalterno não só pode como deve falar. Logo, seguindo o conselho: “Você precisa saber da piscina, da margarina, **da Carolina...**” (VELOSO, 1969).

Referências

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CASTRO, E. M.; MACHADO, M. N. M. **Muito bem, Carolina!** Biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2007.
- DANTAS, A. A atualidade do mundo de Carolina. In: JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2012. p. vi-viii.
- FARIAS, T. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FELINTO, M. Clichês nascidos na favela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 set. 1996. Caderno Mais!. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/29/mais!/28.html>. Acesso em 01 mar 2018.
- JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2012.
- _____. **Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1961.
- _____. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- _____. **Antologia Pessoal**. J. C. Sebe Bom Meihy (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- _____. **Onde estaes felicidade?** Dinha; FERNANDEZ, Raffaella (orgs.). São Paulo: Edições Me Parió Revolução, 2014.
- _____. **Meu sonho é escrever...** contos inéditos e outros escritos. FERNANDEZ, R. (org.). São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.
- LAJOLO, M. Poesia no quarto de despejo, ou um ramo de rosas para Carolina. In: JESUS, C. M. de. **Antologia pessoal**. J. C. Sebe Bom Meihy (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 37-62.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010a.
- _____. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de; POSSENTI, S. (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2010b.
- _____. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MARTINS, W. "Mistificação Literária". **Jornal do Brasil**. 23 out 1993. p. 4.

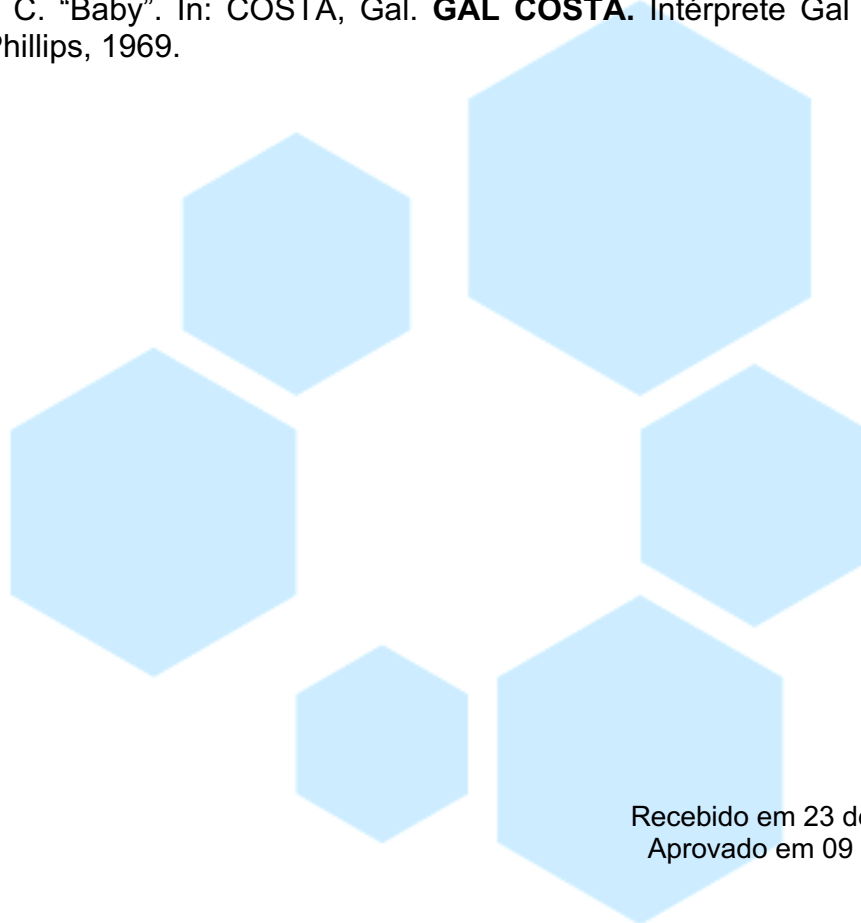
MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. **Cinderela Negra: A saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

PERPÉTUA, E. D. **A vida escrita de Carolina Maria de Jesus**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SANTOS, J. R. **Carolina Maria de Jesus** — uma escritora improvável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SOUSA, G. H. P. de. **O estranho diário da escritora vira lata**. Vinhedo: Horizonte, 2012.

VELOSO, C. “Baby”. In: COSTA, Gal. **GAL COSTA**. Intérprete Gal Costa. Rio de Janeiro: Phillips, 1969.



Recebido em 23 de março de 2019
Aprovado em 09 de julho de 2019